



EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, Salas 701/705, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: 61 37732700 - <https://enbpar.gov.br>

EDITAL Nº 90003/2026

Processo nº 48110.000382/2025-17

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. - ENBPAR**, torna público para conhecimento dos interessados que esta Empresa, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.913.162/0001-23, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007 conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

A sessão pública será realizada pelo Portal de Compras do Governo Federal, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015 (ME/EPP); da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar; e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressos neste Edital e em seus Anexos.

1. DOS EVENTOS

- 1.1. O recebimento das proposições de preços ocorrerá a partir da disponibilização deste Edital no Portal de Compras do Governo Federal, até as 09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos) do dia agendado para a realização da sessão pública, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.2. A Sessão Pública na internet para recebimento dos lances terá início às **10h do dia 25/02/2026** no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.3. Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília - DF.
- 1.4. As respostas aos questionamentos/impugnações serão disponibilizadas no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio da ENBPar <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/>.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação destina-se à contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

2.2. O valor máximo que a ENBPar pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado no “chat” imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos Licitantes, entretanto, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.3. O valor ofertado deverá considerar:

- I - O valor GLOBAL para a prestação dos serviços;
- II - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para a execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. A licitação será realizada por item único e o Licitante deverá observar a descrição detalhada e especificações técnicas do objeto no item 02 do Termo de Referência, Anexo "A" deste Edital, conforme abaixo:

Item	Descrição	Código	Unidade de Medida	Quantidade
1	Contratação de uma empresa especializada na prestação serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007.	19623	Serviço	1

3.2. O detalhamento e demais especificações técnicas, condições e forma de execução do objeto constam no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

4. DOS ANEXOS

4.1. São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

- a) Termo de Referência – **ANEXO A**;
- a.1) Anexo I - Termo de Manutenção de Sigilo;

a.2) Anexo II - Equipe Técnica, Atribuições e Requisitos Técnicos Mínimos Exigidos;

a.3) Anexo III - Modelo de Proposta Comercial.

b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

b.1) Apêndice I – Matriz de Risco.

c) Declaração Antinepotismo – **ANEXO C**; e

d) Modelo de Proposta Comercial - **ANEXO D**.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da Participação

5.1. Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

5.2. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

5.3. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta na Página do Fornecedor no Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.4. O credenciamento dar-se-á após a criação de conta no gov.br, utilizada para acessar todos os serviços digitais do Governo Federal, inclusive o Compras.gov.br.

5.5. Após criar uma conta, o credenciamento será realizado gratuitamente junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) por meio do Aplicativo do Compras.gov.br ou diretamente no SICAF.

5.6. O credenciamento junto ao provedor no Sistema implica na responsabilização legal da Licitante e de seu representante, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.7. É de exclusiva responsabilidade do Licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao provedor do Sistema e à ENBPar, a promotora da presente licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

6. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

6.1. Estará impedida de participar de licitações a empresa:

I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Administrador (inclusive Diretor) ou empregado da ENBPar;

II - Que esteja com o direito de licitar e contratar com a ENBPar suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União;

III - Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - Constituída por sócio de pessoa jurídica que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União;

IX - Cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto;

X - Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e

XI - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.2. Também estarão impedidas:

I - Contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em Licitação, na condição de Licitante;

II - Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da ENBPar;

b) Empregado da ENBPar, cujas atribuições envolvam atuação na ALC, na CONJUR, nas Assessorias da Presidência e/ou na respectiva Unidade Solicitante; e,

c) Autoridade do Ministério de Minas e Energia.

III - A pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social tenha sido administrador (inclusive Diretor) da ENBPar, ou empregado da Companhia em alguma das situações descritas na letra “b” do item II acima, e terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ENBPar há menos de 6 (seis) meses.

6.2.1. As empresas com as sanções mencionadas nos incisos II, III e IV do item 6.1 deste Edital, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), disponível no Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

6.2.2. As informações poderão ainda ser consultadas no endereço que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do Conselho Nacional de Justiça (CNIA), do Portal da Transparência (CEIS/CNEP), e do próprio TCU.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.0.1. As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

7.0.2. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, o(a) Pregoeiro(a) auxiliado(a) pela Equipe de Apoio consultarão o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e

outros)", para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.0.3. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapolam os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).

7.0.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor da Licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste Edital.

7.0.5. O(A) Pregoeiro (a) poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na Junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.

7.1. As empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (caput do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

7.2. Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da ENBPar, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

7.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016. É facultado à ENBPar revogar a Licitação ou convocar os Licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do objeto desta licitação será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

9. DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

9.1. Os Licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.2. A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. No cadastramento da proposta inicial, o Licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

10.4. A falsidade das declarações de que trata os itens 10.2 ou 10.3 sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

10.5. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

10.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo Licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos Licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o Licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 10.8, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.11. Caberá ao Licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.12. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O Licitante deverá enviar sua proposta devidamente preenchida contendo todas as especificações do objeto, observando-se para o valor o total o prazo de execução e de vigência previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

11.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo A deste Edital, assumindo o Proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 11.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 11.4.2. Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores ao máximo estimado.
- 11.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 11.6. A Proposta deverá ser apresentada conforme o **Modelo de Proposta Comercial - Anexo D do Edital** e em conformidade com os itens a seguir:
- a) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
 - b) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá;
 - c) Ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como "conforme especificado no Edital";
 - d) Ter, obrigatoriamente, validade declarada de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e, se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital;
 - e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso; e
 - f) Nos preços propostos, estarão computadas todas as despesas, encargos, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas que forem necessárias à execução do serviço objeto desta Licitação.
- 11.7. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.8. O valor da proposta do Licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com o(a) Pregoeiro(a).
- 11.9. Os Licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a apresentação das propostas vincula a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento ou desacordo de qualquer pormenor.
- 11.10. O Licitante vencedor poderá, a critério da ENBPar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, apresentar planilha de formação dos preços, com notas explicativas para cada valor final ofertado, indicando os insumos que recaem sobre os custos da sua proposta comercial (tais como mão-de-obra; encargos; tributos; taxas de câmbio, quando for o caso; dentre outros), detalhando as proporções incidentes nos valores dos serviços, quando cabível.
- 11.10.1. O detalhamento da formação dos preços de que trata este item possibilitará, durante a execução contratual, a análise de eventual solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentada pela Contratada.
- 11.10.2. Estará dispensado dessa obrigação o Licitante vencedor que já tiver apresentado sua proposta comercial com o detalhamento da formação dos seus preços.

12. DA DILIGÊNCIA

- 12.1. A qualquer tempo, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, por iniciativa do(a) Pregoeiro(a), conforme aplicável, a quem caberá indicar a forma pela qual a diligência será realizada.
- 12.1.1. A diligência poderá ser realizada in loco ou por meio postal, telefônico, eletrônico ou consulta ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.
- 12.1.2. O registro das diligências realizadas deverá conter, minimamente, local, data, horário, procedimento e objeto, bem assim o nome e a função dos responsáveis pela sua realização, e, ainda, as informações colhidas, devendo ser anexado à documentação da licitação.
- 12.1.3. O(A) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que esta seja demonstrada.
- 12.1.4. O(A) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível aos Licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.1.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Portal de Compras do Governo Federal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 13.2. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 13.3. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da Licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os Licitantes. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail, exceto quando necessário para informar, através do e-mail licitacoes@enbpar.gov.br, inconsistências e dificuldades de acesso e/ou operacionalização do Portal de Compras, observado o disposto nos subitens 16.4 e 16.5 deste Edital.
- 13.4.1. Por ocasião do recebimento da comunicação por e-mail supramencionada, poderá ser aberto o campo de diligência no Portal de Compras para a inserção, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, dos documentos que comprovem o contato e a abertura de chamado, com a resposta do provedor do sistema eletrônico, se for o caso.
- 13.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto" em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 13.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

- 13.7. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 13.8. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global para todo o período de execução e de vigência**.
- 13.9. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 13.10. O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.11. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).
- 13.12. O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 13.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de (10) dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 13.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 13.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 13.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 13.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os Licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 13.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.
- 13.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.
- 13.17. Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 13.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 13.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 13.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 13.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 13.18.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao Licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.18.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o prazo.
- 13.19. Havendo eventual empate entre as propostas ou lances, o critério de desempate será adotado nesta ordem:
- I - disputa final, hipótese em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II - avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
 - III - desenvolvimento pelo Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
 - IV - desenvolvimento pelo Licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 13.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:
- I - empresas brasileiras;
 - II - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
 - III - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 13.20.1. As regras supramencionadas não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 13.20.2. Se mesmo após a aplicação dos procedimentos ainda persistir o empate, será realizado sorteio eletrônico.
- 13.21. O sorteio eletrônico ocorre de forma automática pelo Portal de Compras do Governo Federal, após identificar e aplicar os demais critérios de desempate parametrizados no sistema.
- 13.22. Não há possibilidade de interferência do(a) Pregoeiro(a) na aplicação dos critérios de desempate, uma vez que o Portal de Compras está parametrizado para a aplicação automática.

Desconexão do Sistema na etapa de lances

- 13.23. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.
- 13.24. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Da Negociação da Proposta

- 13.25. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) informará o valor máximo estimado da licitação, e encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 13.26. Não será admitida a negociação da proposta para majorar o valor do último lance ofertado pela Licitante.

- 13.27. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 13.28. Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) informará, via “chat”, o prazo de envio da proposta negociada.
- 13.29. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Do empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 13.30. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 13.30.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 13.30.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 13.30.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 13.30.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

- 14.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 14.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 14.2. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.2.2. O Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 14.2.3. Constatada a existência de sanção, o Licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.
- 14.3. Caso o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 14.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 14.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 14.5.1. conter vícios insanáveis;
- 14.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital;
- 14.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 14.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 14.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 14.6. **Será ainda desclassificado o Licitante que:**
- 14.6.1. deixar de enviar a proposta de preços e/ou documentação de habilitação solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.2. enviar a documentação por meio divergente do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), mesmo que seja dentro do prazo determinado;
- 14.6.3. não enviar a documentação pela ferramenta “Convocar Anexo” no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.4. não atender qualquer solicitação realizada pelo(a) Pregoeiro(a), via chat, sendo concedido o prazo de 1 (uma) hora após a tentativa de comunicação para a licitante se manifestar;
- 14.6.5. deixar, injustificadamente, de cumprir a diligência solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.6. deixar, injustificadamente, de responder à convocação via chat realizada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.7. tenha se declarado e usufruído dos direitos exclusivos das empresas enquadradas como ME/EPP, e for constatado o respectivo desenquadramento;
- 14.6.8. cujos valores da proposta sejam diferentes do valor negociado no Sistema com o(a) Pregoeiro(a) ao final da etapa de lances.
- 14.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 14.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:
- a) que o custo do Licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 14.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 14.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários, a Licitante deverá observar os valores máximos definidos tanto para os itens quanto para o grupo, ainda que o critério de julgamento seja o de menor preço global, sob pena de desclassificação.

- 14.11. Erros sanáveis no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 14.12. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 14.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 14.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 14.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da unidade solicitante ou da área especializada no objeto.
- 15. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do Licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.
- 15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 15.3. Na hipótese de o Licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 15.4. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 15.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 15.5. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 15.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 15.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao Licitante vencedor.
- 15.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do Licitante melhor classificado.
- 15.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 15.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos Licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 15.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 15.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.9. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 15.5.1.
- 15.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do Licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 15.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 15.12. **Será considerado inabilitado o Licitante:**
- a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a ENBPar ou com a Administração Pública, observado o âmbito de aplicação, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.
- 15.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 15.14. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 16. DO ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO**
- 16.1. Caso o(a) Pregoeiro(a) necessite de documentos complementares, estes serão solicitados pela opção "Convocar Anexo" do Portal de Compras do Governo Federal, dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação.
- 16.2. A documentação enviada pelo Sistema deverá ser apresentada em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes opções:
- I - No original, em meio físico ou digital, cada qual na forma da respectiva legislação específica;
- II - Por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou por meio digital, assim reconhecido pela respectiva legislação específica;
- III - Cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais ou cópias autenticadas, nos termos referidos itens I e II, para conferência pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- IV - Publicação em órgão da Imprensa Oficial.
- 16.3. O não atendimento da referida convocação, o atendimento de forma intempestiva ou o envio em meio não permitido ou solicitado acarretará na desclassificação sumária do Licitante.
- 16.4. Caso o Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo pelo sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 16.5. Caso o sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) esteja indisponível, deverá o licitante registrar o ocorrido junto à Central de Atendimento disponível no Portal de Compras do Governo Federal (<https://portaldeservicos.economia.gov.br/>) ou pelo telefone 0800-978-9001.

17. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

17.1. Para fins de habilitação no certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

Da Habilitação Jurídica

17.2. Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- I - Documento de identificação, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante;
- II - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V - Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas II, III e IV; e
- VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

17.3. As regularidades Fiscal e Trabalhista serão comprovadas com a apresentação das seguintes documentações:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- II - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;
- III - Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal; e
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal será aceita Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

17.3.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da Licitante.

17.3.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da Licitante, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a) Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- b) Se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que pela própria natureza comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

Da Qualificação Técnica

17.4. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar a documentação exigida no **item 10 do Termo de Referência**, Anexo A do presente Edital.

Da Qualificação Econômico-Financeira

17.5. A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso;
- II - Apresentação das Demonstrações Contábeis denominadas: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, referentes ao último exercício social, já exigíveis, devidamente aprovadas na forma da legislação em vigor.

17.6. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante (ou em outro órgão equivalente), devendo as Demonstrações Contábeis, obrigatoriamente, serem assinadas por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela escrituração contábil-fiscal, conjuntamente com o(s) sócio(s) administrador(es).

17.7. Para as Licitantes que tiverem iniciado suas atividades no exercício em que se realiza a licitação será admitida a apresentação de balanço de abertura, que deve conter a assinatura do representante legal da empresa, do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, e este, necessariamente, registrado no Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC ou Junta Comercial ou órgão equivalente. No caso de sociedades civis tais documentos poderão ser registrados em cartório competente.

17.8. É vedada a substituição das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

17.9. As Licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o recebido de entrega emitido pelo SPED.

17.10. A comprovação da boa situação econômico-financeira do Licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$SG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$LC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

17.11. O Licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos no inciso anterior, fica obrigada a comprovar na data de apresentação da documentação, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

17.11.1. Os índices de que tratam o item 17.10 deverão ser calculados pelo Licitante e ratificados pelo responsável por sua contabilidade, mediante aposição de assinatura e indicação do seu nome e do número de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Das Declarações

17.12. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 17.12.1. Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 17.12.2. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 17.12.3. Declaração de Ciência do Edital, para comprovação de ciência e concordância com as condições para a contratação, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos neste Edital.
- 17.12.4. Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 17.12.5. Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 17.12.6. Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitada da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa Licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 17.12.7. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 17.12.8. Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 17.13. No ato de cadastro das propostas, a proponente deverá incluir todas as declarações contidas no sistema, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Declaração Antinepotismo

- 17.14. A Licitante deverá apresentar a Declaração Antinepotismo, conforme o modelo do **Anexo C** deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303, de 2016.

18. DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Da Impugnação

- 18.1. Eventual Impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, devidamente instruída, ao(a) Pregoeiro(a) e à Equipe de Apoio, exclusivamente, por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacoes@enbpar.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública desta Licitação.
- 18.1.1. Não serão conhecidas impugnações interpostas após o prazo e não forem apresentadas na forma estabelecida no item 18.1.
- 18.2. O prazo para o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Equipe de Apoio, decidir sobre a Impugnação será de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Do Recurso

- 18.5. Declarado o vencedor da Licitação, qualquer Licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do Sistema.
- 18.5.1. O prazo para manifestação de intenção de recursos, seja do julgamento da proposta ou da fase de habilitação, será de 10 (dez) minutos e aberto automaticamente pelo Sistema.
- 18.5.2. Os licitantes serão informados da convocação para registro de intenção de recorrer via chat, por meio de mensagem automática enviada pelo Sistema.
- 18.5.3. O prazo de 10 (dez) minutos tem efeito preclusivo, não sendo possível a manifestação após encerrado, tampouco é possível a prorrogação pelo Pregoeiro(a).
- 18.6. O Licitante que manifestar interesse em recorrer terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo; igual prazo será garantido aos demais Licitantes para apresentação de contrarrazões recursais, contado a partir do término do prazo do Licitante recorrente.
- 18.7. O(A) Pregoeiro(a) decidirá, em até 03 (três) dias úteis, reconsiderar o ato recorrido ou prestar as informações correspondentes, e enviará a sua decisão para apreciação da Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar.
- 18.8. Os recursos serão recebidos exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal, no campo específico para o envio das razões recursais, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 18.9. A Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar emitirá parecer em até 03 (três) dias úteis.
- 18.10. Caberá ao Diretor-Presidente da ENBPar emitir decisão final acerca do recurso em até 10 (dez) dias úteis, nos casos em que não for acolhido o recurso pelo(a) Pregoeiro(a).
- 18.11. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.
- 18.12. O recurso interposto contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.
- 18.13. Os recursos ou contrarrazões apresentadas em desacordo com as condições deste Edital não serão conhecidos.
- 18.14. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.15. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto desta Licitação à Licitante vencedora do certame.
- 18.16. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos recursos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

Do Pedido de Esclarecimento

- 18.17. Qualquer pessoa é parte legítima para questionar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei nº 14.133, de 2021 (no que couber), devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 18.18. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.19. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente, pelo seguinte endereço eletrônico: licitacoes@enbpar.gov.br.

- 18.20. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.21. Acolhido o questionamento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.22. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos questionamentos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.
19. **DA HOMOLOGAÇÃO**
- 19.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), se não houver recurso, ou à vista da decisão do recurso, se este for o resultado da licitação será submetido à consideração do Diretor-Presidente da ENBPar, para fins de homologação.
- 19.2. Quando o adjudicatário não cumprir o prazo e as demais condições estabelecidas neste Edital, será facultado à ENBPar:
- Convocar os Licitantes remanescentes registrados, na ordem de classificação; ou
 - Revogar a Licitação.

20. **DO CONTRATO A SER CELEBRADO**

Dos Prazos

20.1. O contrato decorrente deste Edital terá prazo de execução de 28 (vinte e oito) meses e a vigência contratual será de 30 (trinta) meses, contados da data de sua assinatura, admitindo-se, excepcionalmente, a prorrogação mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

Da Convocação do Adjudicatário

- 20.2. Fica estabelecido o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação do resultado de julgamento no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do adjudicatário visando à celebração do contrato.
- 20.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ENBPar.
- 20.4. Na hipótese de que o adjudicatário não compareça ou recuse-se, de maneira injustificada, a cumprir com o objeto ora contratado, fica facultado à ENBPar convocar os Licitantes remanescentes, por ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 20.5. Fica facultado à ENBPar, quando a convocada não assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos: revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital; ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

Da Manutenção das Condições de Habilitação

20.6. Na assinatura do contrato, será verificada a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante toda a vigência do contrato.

Da Convocação dos Licitantes Remanescentes

- 20.7. Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 20.8. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do Contrato, a CONTRATADA deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido neste Termo, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.
- 20.9. O contrato oferecerá detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia contratual.

Da Garantia Contratual

- 20.10. Será exigida garantia contratual de que trata o art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado.
- 20.11. O contrato oferecerá detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia contratual.
- 20.12. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do contrato, a Contratada deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido no contrato, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.
21. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa, sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o Licitante que:
- Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstre possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados;
 - Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - Não manter a proposta; e
 - Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013.
- 21.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ENBPar, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 21.4. Se durante o processo de aplicação da penalidade for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 11.129, de 2022.
- 21.5. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR ou a negociação do acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 21.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ENBPar deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, de que trata a Lei nº 12.846, de 2013.
22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS**
- 22.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.280, de 29 de novembro de 2024, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.030.000 (Auditoria) para o exercício de 2026, devendo ser informados/atualizados conforme programação/reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício subsequente.
23. **DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**
- 23.1. A autoridade da ENBPar competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital poderá:
- a) Revogar a Licitação - por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
 - b) Anular a Licitação - por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 23.2. Os Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé de ressarcimento dos encargos que, comprovadamente, tiver suportado no cumprimento do contrato.
24. **DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 24.1. Os critérios referentes às obrigações da contratante estão previstos no **item 13** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
25. **DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 25.1. Os critérios referentes às obrigações da contratada estão previstos no **item 14** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
26. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**
- 26.1. Os critérios referentes ao modelo de execução do contrato para prestação dos serviços estão previstos no **item 9** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
27. **DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**
- 27.1. Os critérios referentes à fiscalização e gestão contratual estão previstos no **item 10** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
28. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 28.1. Os critérios referentes à condições de pagamento estão previstos no **item 19** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
29. **DO REAJUSTE**
- 29.1. Os critérios referentes ao reajuste contratual estão previstos no **item 21** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
30. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 30.1. Os critérios referentes à garantia do objeto estão previstos no **item 23** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
31. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 31.1. A participação na presente Licitação implica na concordância com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.
- 31.2. Os Licitantes arcarão, exclusiva e integralmente, com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.
- 31.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e/ou em seus Anexos.
- 31.4. Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico.
- 31.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 31.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na ENBPar.
- 31.7. Esta Licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.
- 31.8. Para dirimir as questões oriundas desta Licitação será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.
- 31.9. Em caso de divergência entre o <https://www.gov.br/compras/pt-br> e este Edital e Anexos, prevalecerão as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.
- 31.10. Este Edital, além da ampla publicidade decorrente da legislação, encontra-se disponível, na íntegra, na página da ENBPar na Internet: <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

(Assinado eletronicamente)

Marlos Costa de Andrade

Diretor de Finanças - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marlos Costa de Andrade, Presidente**, em 03/02/2026, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0052983** e o código CRC **CACF44D2**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 94/2025/SCT/DF

Processo nº 48110.000382/2025-17

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA INDEPENDENTE PARA ENBPAR, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º DA LEI Nº 13.303/2016, NA LEI Nº 6.404/1976 E NO ARTIGO 3º DA LEI Nº 11.638/2007.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência (TR) é a contratação de uma empresa especializada na prestação serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Os serviços objetos desta contratação consistem nos serviços técnicos e contínuos, contidos nesta especificação técnica, bem como suas especificações de entregas previstos no Item 3 deste Termo de Referência.

2.2. Auditoria integrada das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ENBPar:

- a) Auditoria de acordo com as normas brasileiras de auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, a serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas de contabilidade;
- b) Revisão da consistência e compatibilidade das informações divulgadas no Relatório de Administração com as divulgadas nas Demonstrações Financeiras;
- c) Revisão da consistência e compatibilidade das informações constantes na minuta (prova) da publicação em jornal com as demonstrações financeiras auditadas, quando aplicável; e
- d) Emissão de relatório circunstanciado sobre os controles internos das empresas, para fins de atendimento as normas brasileiras de contabilidade.

2.3. Revisões das informações financeiras intermediárias, referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício, elaboradas de acordo as normas brasileiras e internacionais de auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, observadas as normas brasileiras de revisão de demonstrações financeiras intermediárias.

2.4. Revisão de papéis de trabalho de outros auditores independentes em componentes relevantes. Deverá ser prevista a realização de procedimentos adicionais de auditoria e revisão de papéis de trabalho em componentes relevantes não constantes do objeto direto desta cotação, em atendimento aos requisitos técnicos de limitação de escopo e divisão de responsabilidade, previstos na Norma de Auditoria NBC TA 600, assim como qualquer outro procedimento necessário pela firma de auditoria para a supervisão dos componentes e emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras mencionadas nos itens acima.

2.5. Revisão dos Procedimentos Fiscais e Tributários, compreendendo o exame e a avaliação, à luz da legislação vigente a cada época, dos procedimentos adotados para apuração, retenção, registro, controle, recolhimento e recuperação dos tributos, da ENBPar, inclusive em casos de retificações que se façam necessárias.

2.6. Revisão das obrigações acessórias: Realizar a análise e a revisão das obrigações acessórias da ENBPar, complementando as atividades descritas nos subitens abaixo. Essa revisão deve abranger o cumprimento das exigências fiscais, contábeis e regulatórias, incluindo a identificação de inconsistências e a proposição de retificações, quando necessárias. A seguir, estão listadas as principais obrigações a serem analisadas:

- I - Revisão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF/DCTF-Web);
- II - Revisão das Declarações Eletrônicas de Serviços (DES) e demais obrigações acessórias municipais relacionadas ao ISS, como livros eletrônicos de prestação de serviços (LEPS), conforme a legislação vigente;
- III - Revisão da Declaração de imposto sobre a renda retida na Fonte (DIRF);
- IV - Revisão do Pedido Eletrônico de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação (PER/DCOMP);
- V - Revisão da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);
- VI - Revisão do módulo de inclusão de tributos (MIT);
- VII - Revisão da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições Incidentes sobre a Receita (PIS/Pasep e COFINS);
- VIII - Revisão da Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI (EFD-ICMS/IPI);
- IX - Revisão da Escrituração Contábil Digital (SPED - ECD) e Escrituração Contábil Fiscal (SPED-ECF); e
- X - Deverá incluir, sempre que aplicável, as obrigações acessórias decorrentes da implementação da reforma tributária, considerando os impactos normativos e operacionais vigentes durante a execução contratual.

2.7. Avaliação, exames e testes da eficácia operacional do ambiente de controles internos das empresas e compreendendo os Controles Gerais de Tecnologia de Informação – TI, procedimentos financeiros, procedimentos tributários e contábeis. As emissões de relatórios anuais, deverão compreender os aspectos de identificação de pontos de prevenção a fraudes, procedimentos de comunicação e divulgação, gerenciamento de riscos e monitoramento de controles, decorrentes da legislação brasileira e determinações do TCU, CGU, MME, CVM e ANEEL, contendo comentários e recomendações com vistas à adoção de medidas corretivas cabíveis a cada caso e fortalecimento dos controles internos, decorrentes das constatações da auditoria.

2.8. Outros requerimentos e serviços especiais:

- a) Todo e qualquer assunto envolvendo questões relacionadas ao cronograma de auditoria, ajustes, ressalvas, limitação de escopo, deficiências significativas de controles internos e outros relacionados aos trabalhos de auditoria na ENBPar deverá ser reportado de forma tempestiva à Diretoria de Finanças da ENBPar pelo sócio corporativo;
- b) Os trabalhos acima também devem considerar a revisão dos trabalhos realizados pela ENBPar para a implantação de eventuais novas normas contábeis que passem a vigorar durante o prazo do contrato, na extensão suficiente para a emissão dos relatórios de auditoria considerando a adoção destas normas pela ENBPar e suas controladas;
- c) Quando solicitado pela ENBPar, participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias de Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Colegiada, além das reuniões obrigatórias requeridas pelas normas de auditoria com estes órgãos.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DAS ENTREGAS

3.1. Auditoria integrada das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ENBPar:

3.1.1. Relatórios de auditoria sobre o exame das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Os relatórios devem ser entregues devidamente encadernados, contendo as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas aos trimestres examinados, as respectivas Notas Explicativas e os relatórios de auditoria, baseados nos procedimentos de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Emissão de 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digital.

3.1.2. Emissão de relatório circunstanciado sobre os controles internos das empresas, para fins de atendimento às normas brasileiras de contabilidade. Emissão de 2 (duas) vias impressas e 1 (uma) via digital.

3.2. Revisão das demonstrações financeiras intermediárias das empresas:

3.2.1. Relatórios de Revisão sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias das empresas indicadas neste escopo, de acordo com as normas brasileiras de revisão de demonstrações financeiras intermediárias. Devem ser entregues os relatórios devidamente encadernados, contendo as

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas intermediárias relativas aos períodos revisados, as respectivas Notas Explicativas e os relatórios de revisão, baseados nos procedimentos de acordo com as normas brasileiras de revisão de demonstrações financeiras intermediárias. Emissão de 2 (duas) vias impressas e 1 (uma) via digital.

3.3. Revisão dos procedimentos fiscais e tributários e revisão das obrigações acessória:

3.3.1. Relatórios de Revisão Tributária, com comentários sobre as constatações decorrentes da revisão tributária, indicando inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria. Esses comentários deverão ser acompanhados de recomendações para adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso. Emissão de 2 (duas) vias impressas e 1 (uma) via digital;

3.3.2. A liberação do relatório e opinião sobre ENBPar, deverá observar o prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada demonstração financeira ou entrega da última obrigação acessória do período. Emissão de 2 (duas) vias impressas e 1 (uma) via digital.

3.4. Avaliação do Ambiente de Controles Internos:

3.4.1. Relatórios anuais sobre controles internos, ambiente de TI, procedimentos tributários e procedimentos contábeis, contendo comentários e recomendações com vistas à adoção de medidas corretivas cabíveis a cada caso e fortalecimento dos controles internos, decorrentes das constatações da auditoria, inclusive indicando os fatos relevantes identificados através dos testes e exames efetuados sob a ótica da legislação brasileira.

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada por intermédio do Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021.

4.2. Desde o início de suas atividades, a ENBPar, visando prestar os serviços definidos no seu estatuto, têm procurado proporcionar as condições necessárias para que se possa garantir, com a segurança exigida, as condições operacionais imprescindíveis à realização dos referidos serviços, que, dentre outros, envolvem a comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, assim como o processo de gestão das empresas Eletronuclear e Itaipu Brasil, e de todos os demais Programas de Governo sem que haja riscos à sua continuidade.

4.3. A pretendida contratação justifica-se, pois, em razão da responsabilidade da ENBPar, em atendimento ao disposto no art. 7º, da Lei nº 13.303/2016 e no art. 3º, da Lei nº 11.638/2007, Resolução Normativa ANEEL Nº 933, de 18 de maio de 2021 e NBCTA 600 – Resolução CFC nº 1.228, de 4 de dezembro de 2009:

Lei nº 13.303/2016:

“Art. 7º Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.”

Lei nº 11.638/2007:

“Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.”

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela REN 933/2021 – ANEEL:

“6.2.20 Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR

(...)

As Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR devem fazer parte da PAC e deverão ser encaminhadas devidamente assinadas pela diretoria em exercício e pelo contador responsável pela contabilidade da concessionária e permissionária de serviço público de energia elétrica, acompanhadas do relatório de auditoria emitido por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.”

“6.2.22 Modelo do Relatório do Auditor

(...)

As Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR deverão ser submetidas ao exame de auditoria independente e acompanhadas do relatório de auditoria, emitido por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O modelo de relatório será definido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON”

NBC TA 600 – Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes.

“19. Se a equipe encarregada do trabalho do grupo solicitar que o auditor do componente execute trabalhos sobre as informações contábeis do componente, ela deve obter entendimento do seguinte (ver itens A32 a A35): (a) se o auditor do componente entende e cumprirá as exigências éticas que são relevantes para a auditoria de grupo e, em particular, se é independente (ver item A37); (b) a competência profissional do auditor do componente (ver item A38); (c) se a equipe encarregada do trabalho do grupo será capaz de estar envolvida no trabalho do auditor do componente na extensão necessária para a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente; e (d) se o auditor do componente opera em um ambiente regulatório que supervisiona ativamente os auditores (ver item A36).”

5. MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

5.1. Os serviços a serem contratados apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, inclusive, são ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si.

5.2. A presente contratação será formalizada por meio do Pregão Eletrônico, modalidade de licitação aplicável aos casos de aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, com fundamento no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 2016.

5.3. O critério de julgamento empregado para a seleção da proposta mais vantajosa foi o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Somente empresas de auditoria contábil, registradas no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em observância ao disposto na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021;

6.2. Somente empresas de auditoria contábil, com registro da empresa e do responsável técnico no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

6.3. Não será admitida a contratação de empresas organizadas na forma de consórcio, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado, especialmente no que se refere à responsabilidade do auditor independente pelos relatórios emitidos ou a sub-rogação para um terceiro ainda que devidamente qualificado.

7. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser executado no seguinte endereço:

7.1.1. Escritório da Sede da ENBPar - Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.308-200.

7.2. A solicitação de acesso, deverá ser formalizada pelo Fiscal do Contrato responsável pela execução do objeto, após tratativas junto à CONTRATADA.

8. DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de execução será de 28 (vinte e oito) meses e de vigência é de 30 (trinta) meses, ambos contados da data da assinatura do contrato, sendo permitida, excepcionalmente, a prorrogação da sua execução e de sua vigência, mediante acordo entre as partes e celebração de termo aditivo, observando-se o estabelecido no artigo 93 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos (RILC).

8.2. Casos de força maior que impeçam o início da execução do contrato no prazo estabelecido acima devem ser tratados com a fiscalização do contrato, mediante apresentação formal de justificativa.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente as características e especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

9.2. A CONTRATADA deverá indicar um preposto responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução do contrato.

9.3. Recebimento e aceitação do objeto:

9.3.1. Considerar-se-á recebido o objeto do contrato mediante a apresentação tempestiva e adequada pela empresa contratada, em geral, ao final do contrato, ou, especificamente, quando assim acaso solicitado pela ENBPar, (i) de todas as informações e documentações produzidas no curso da vigência do contrato e (ii) a participação dos prepostos da empresa contratada e/ou dos profissionais do quadro de pessoal da empresa contratada, em atividade e em reuniões solicitadas pela ENBPar.

9.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento do objeto, a empresa contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

9.3.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios trimestrais, o Fiscal do contrato deverá providenciar o recebimento, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes, (i) o recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor; e (ii) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.3.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial.

9.3.5. Havendo rejeição do objeto, no todo ou em parte, a Contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela ENBPar, observando as especificações previstas neste documento.

9.3.6. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções, quando for o caso.

10. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. As tratativas a respeito da entrega objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, formalmente designado após a assinatura do contrato.

10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com este Termo de Referência, com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 13.303, de 2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, sendo possível a responsabilização pela inexecução total ou parcial do objeto.

10.3. O empregado da ENBPar redesignado(s) como Fiscal do Contrato deverá observar as disposições dos artigos 2º, inciso XXIV, 104 e 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

10.4. Caberá ao(s) representante(s), dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos às notas fiscais/faturas apresentadas pela empresa contratada.

10.5. O(s) representante(s) anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.

10.6. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou a atribuição do(s) representante(s) da fiscalização do Contrato serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.

10.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pelo Fiscal do Contrato não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa contratada.

10.8. As comunicações entre o Fiscal do Contrato da ENBPar e a CONTRATADA devem ser realizadas por mecanismos formais de comunicações, podendo se utilizar:

- a) Autorização de Fornecimento **OU** Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamado; e
- e) E-mails.

10.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ENBPar poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 10.11. O fiscal do contrato informará ao seu chefe imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas acordadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ENBPar poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 10.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.15. O fiscal do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o pagamento, a garantia, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quanto ultrapassar a sua competência.
- 10.17. O fiscal do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.18. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de despesa de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa.
- 10.19. O fiscal do contrato acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.20. O fiscal do contrato, emitirá documento comprobatório das avaliações realizadas quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do atesto de cumprimento de obrigações.
- 10.21. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzidos pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se for o caso.
- 10.22. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 10.23. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 10.24. O fiscal do contrato, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento nos termos do contrato.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A proponente que tiver a sua proposta considerada a mais vantajosa deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria nº RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (artigo 642-A da CLT), com prazo de validade de até 180 (cento e oitenta) dias, emitida pelo órgão distribuidor competente na sede da pessoa jurídica do participante;
- e) Certidão Consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- f) Declaração de optante do Simples Nacional, quando couber.
- g) Prova de constituição social, podendo ser:
 - I - Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de se tratar de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - III - Em caso de sociedades civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da proponente.

11.3. Os documentos de acesso público que comprovem a habilitação da proponente poderão ser consultados pela ENBPar e anexados ao processo administrativo da contratação, considerando os princípios da eficiência e celeridade.

11.4. Os documentos que não forem de acesso público deverão ser apresentados acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

11.5.1. A comprovação de aptidão para execução do objeto de complexidade equivalente ou superior ao pretendido deverá ocorrer por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regulamente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.5.2. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, tomadora dos serviços, que comprove(m) a execução satisfatória dos serviços de auditoria independente realizados em holding;

I - Somente devem ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços, se decorrido, no mínimo, um ano do início de um ciclo de execução, ou seja, um exercício financeiro completo.

b) Atestado(s) de capacidade técnica que comprovem, cumulativamente, a realização de serviços de auditoria independente em demonstrações financeiras em entidades públicas ou privadas, que possuam:

I - Patrimônio Líquido de no mínimo 50% do registrado na ENBPar (data base 31.12.2024, Patrimônio Líquido R\$ 7.460.373.000,00 (sete bilhões, quatro e sessenta milhões e trezentos e setenta mil reais), que corresponde a R\$ 3.730.187.000,00 (três bilhões, setecentos e trinta milhões e um cento e oitenta e sete mil reais)

II - Ativo total de no mínimo 50% ao registrada na ENBPar na data base 31.12.2024 (R\$17.820.716.000,00 - dezessete bilhões, oitocentos e vinte milhões, setecentos e dezesseis mil reais), o qual corresponde a R\$ 8.910.358.000 (oito bilhões, novecentos e dez milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais); e

III - As informações financeiras contidas no item anterior estão disponíveis no site da Companhia, no endereço: <https://enbpar.gov.br/transparencia/informacoes-financeiras/informacoes-financeiras-2024>.

c) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorridos 1 (um) anos do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

e) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela ENBPar, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos; e

f) Os atestados deverão conter, minimamente, a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato -ou qualquer outra forma de que a CONTRATANTE possa valer-se e para manter contato com a(s) Atestante(s) - além, de nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

11.5.3. As exigências de qualificação técnica elencadas neste Termo de Referência foram estabelecidas com base no entendimento do TCU – Tribunal de Contas da União que já proferiu entendimento sobre ser regular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo até 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, podendo ultrapassar tal limite, excepcionalmente, desde que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório (Acórdão nº 2924/2019 – Plenário e Acórdão nº 1251/2022 – Segunda Câmara).

11.5.4. Comprovação de inscrição da Empresa em Conselho Regional de Contabilidade.

11.5.5. Comprovação de registro da licitante, como Auditor Independente, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme artigo 1º e inciso II do artigo 2º da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

11.5.6. Registro da empresa e do responsável técnico no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

11.5.7. As demais exigências de qualificação técnica elencadas acima visam a confirmar que a empresa possui, efetivamente experiência satisfatória anterior no desempenho do objeto ao submetido à licitação.

11.6. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E SUAS ATRIBUIÇÕES

11.6.1. A equipe técnica para a execução dos serviços deverá ser composta considerando o disposto no Anexo II deste Termo de Referência.

11.6.1.1. O atendimento às qualificações e quantitativo mínimo da equipe técnica dispostos no Anexo II deste Termo de Referência, necessários ao bom desempenho dos trabalhos, serão verificados pela Contratante previamente a assinatura do instrumento contratual, quando da sua convocação.

11.6.2. Qualquer alteração na equipe mínima designada para a prestação dos serviços deverá ser, previamente, autorizada pela ENBPar mediante o envio, ao fiscal do contrato das informações relacionadas ao profissional substituto, que deverá preencher todos os requisitos estabelecidos para a função.

11.6.3. Qualquer modificação na constituição da equipe técnica, durante a execução dos serviços, não acarretará despesa para a ENBPar, nem justificará atraso no Cronograma Físico-Financeiro.

11.6.4. O responsável técnico será o representante legal da Contratada e o responsável pela entrega de todos os serviços relacionados neste Termo de Referência, e, ainda, deverá:

I - Gerenciar todas as fases do projeto e coordenar as atividades feitas;

II - Zelar pelo cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro estabelecido no projeto; e

III - Ser o interlocutor entre a ENBPar e a Contratada nas reuniões previstas neste Termo de Referência.

11.6.5. Todos os custos relacionados aos profissionais da Contratada deverão estar incluídos no valor da proposta e serem suportado pela Contratada, não havendo possibilidade de qualquer pagamento adicional ao valor global do contrato, ou ressarcimento por parte da ENBPar a esse título.

11.6.6. Ressalta-se que a Contratada deverá possuir quadro técnico com a capacidade de atendimento e qualificação adequada necessárias para atender todo o quantitativo e a complexidade do objeto da presente contratação, assim como cumprir os prazos definidos neste Termo de Referência.

11.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.7.1. A qualificação econômico-financeira consistirá na apresentação da seguinte documentação:

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

II - Apresentação das Demonstrações Contábeis denominadas: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, referentes ao último exercício social, já exigíveis, devidamente aprovadas na forma da legislação em vigor.

11.7.2. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante (ou em outro órgão equivalente), devendo as Demonstrações Contábeis, obrigatoriamente, ser assinadas por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela escrituração contábil-fiscal, conjuntamente, com o(s) sócio(s) administrador(es).

11.7.3. É vedada a substituição das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

11.7.4. As licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o recibo de entrega emitido pelo SPED.

11.7.5. A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

I - LG = ativo circulante + realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante;

II - LC = ativo circulante / passivo circulante; e

III - SG = ativo total / passivo circulante + passivo não circulante.

11.7.6. A licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos no item 11.7.5, fica obrigada a comprovar na data de apresentação da documentação, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

11.7.7. Os índices de que tratam o item 11.7.5 deverão ser calculados pela licitante e ratificados pelo responsável por sua contabilidade, mediante aposição de assinatura e indicação do seu nome e do número de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

11.7.8. Salienta-se que os requisitos de qualificação econômico-financeira acima exigidos se dão em virtude da complexidade das operações e transações que se beneficiarão do objeto a que diz respeito este Termo de Referência, não somente pelo valor anual estimado da contratação em comento, como também pela sua relevância no fiel desempenho da missão institucional da ENBPar, necessitando, por isso, demandar da empresa interessada em executar este objeto a demonstração da saúde econômico-financeira necessária para o fiel cumprimento contratual.

11.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência na empresa que ofertou a proposta mais vantajosa e na empresa ou órgão que fornece o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder(em) administrativa, civil e penalmente. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem a execução do objeto do atestado fornecido.

12. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

12.1. A pretensa contratação não acarreta impacto ambiental direto, tampouco carece de medidas de tratamento para sua execução.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual.

13.2. Indicar pessoa com conhecimento técnico quanto ao objeto para ser Fiscal do Contrato.

13.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo, as cláusulas contratuais e sua proposta.

13.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

13.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em relação ao objeto do contrato

13.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos.

13.8. Proporcionar acesso e movimentação dos representantes da CONTRATADA às suas instalações, quando for necessário para a execução do objeto.

13.9. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço (OS), de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

13.11. Disponibilizar à Contratada, quando solicitado, informações e dados técnicos necessários à elaboração dos estudos, cujas informações sejam de competência da ENBPar;

13.12. Emitir "Termo de Recebimento e Aceitação dos Serviços", após conferência e aceitação dos serviços prestados à ENBPar;

13.13. A CONTRATANTE constituirá uma equipe com representantes das diferentes áreas envolvidas para prestar informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;

13.14. Efetuar o pagamento dos serviços contratados conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.15. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. São obrigações da CONTRATADA:

14.1.1. Executar plenamente os serviços, nas datas previstas na legislação pertinente e no cronograma a ser aprovado pela ENBPar, nas épocas apropriadas, para as várias etapas do fechamento contábil e para execução dos serviços e relatórios definidos neste Termo de Referência;

14.1.2. Responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda;

14.1.3. Disponibilizar acesso à ENBPar, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria-Geral da União (CGU), a qualquer tempo, de forma tempestiva, aos papéis de trabalho e a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições de cada requerente, observados os limites previstos em legislação vigente:

I - para atendimento deste item, o prazo de disponibilização das informações e documentos não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis; e

II - fornecer ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de auditoria interno, quando solicitado, os subsídios julgados necessários pelos respectivos órgãos colegiados ao exame do que lhes cabe, na forma da Lei, relativos às contas da Contratante, bem como sobre matérias examinadas pela Contratada.

14.1.4. A qualquer momento, fornecerá à ENBPar informações sobre a execução dos trabalhos, permitindo o seu acompanhamento;

14.1.5. Familiarizar-se previamente com as rotinas, normas e situação operacional, econômica e financeira da ENBPar;

14.1.6. Em relação à Auditoria Interna e à Assessoria de Governança, Riscos e Compliance da ENBPar, respeitada a independência do auditor:

I - permitir o acesso aos programas de auditoria e papéis de trabalho;

II - promover e participar de reuniões em que seja convocada, para discutir assuntos de interesse mútuo e pontos de vistas técnicos, evitando, no que couber, a repetição de esforços; e

III - apresentar os relatórios emitidos em forma de minuta, para discussão com os gestores das áreas auditadas.

14.1.7. Os trabalhos de auditoria e verificação de conformidade realizados pela Contratada, devem ser adequados e suficientes à instrução dos processos de prestação de contas anuais ou apresentação do Relatório Anual de Gestão aos órgãos de controle externo na forma e extensão em que são realizados;

14.1.8. A Contratada deverá entregar, antecipadamente à realização dos trabalhos de auditoria, cópia do programa de trabalho a ser discutido na reunião de abertura dos trabalhos trimestrais na ENBPar, para conhecimento e análise do Comitê de Auditoria e da unidade de auditoria interna;

14.1.9. Preservadas sua autonomia e independência, a Contratada deverá atuar em cooperação e alinhamento com a unidade de auditoria interna da Contratante, contribuindo para a efetividade das atribuições a cargo dos órgãos estatutários da ENBPar;

14.1.10. Para fins de planejamento e organização dos trabalhos periódicos de auditoria e nos termos do instrumento contratual que vier a ser firmado com a ENBPar, a Contratada deverá prever a inclusão, em seu programa de trabalho, de ações eventualmente solicitadas pela unidade de auditoria interna da ENBPar, sempre que necessário dar suporte à formalização do processo anual de prestação de contas ou ao Relatório Anual de Gestão;

- 14.1.11. Executar perfeitamente os serviços contratados, dentro dos prazos ajustados, cumprindo os cronogramas estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- 14.1.12. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela ENBPar, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- 14.1.13. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve e/ou paralisação de qualquer natureza;
- 14.1.14. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da ENBPar, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, na legislação e regulamentos em vigor;
- 14.1.15. Substituir os responsáveis técnicos, diretores, gerentes, supervisores ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos relatórios relativos a, no máximo, 5 (cinco) exercícios sociais completos (referentes às demonstrações contábeis da data-base 31 de dezembro), conforme prevê o art. 31 da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021:
- I - o retorno de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria pode ser efetuado após decorridos 3 (três) anos, contados a partir da data de sua substituição.
- 14.1.16. Arcar com todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços objeto do Contrato, podendo a Contratante, a qualquer momento, exigir da contratada a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que a ENBPar poderá descontar de qualquer crédito da contratada a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;
- 14.1.17. Todos os encargos fiscais, tributários, trabalhistas, sociais, previdenciários e comerciais decorrentes do Contrato serão de responsabilidade integral e exclusiva da futura contratada;
- 14.1.18. Emitir Termo de Manutenção de Sigilo (Anexo I), em consonância com as Normas expedidas pelo CFC, de forma a manter sigilo quanto aos conhecimentos, dados e informações de propriedade da ENBPar, relativos aos aspectos societários, econômico-financeiros, judiciais, tecnológicos e/ou administrativos, tais como produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação e todos e quaisquer outros, repassados por força do objeto do Contrato, só podendo serem utilizadas no cumprimento e execução dos serviços;
- 14.1.19. Sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, a Contratada deverá substituir sem qualquer ônus para a Contratante, qualquer prestador de serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios no âmbito da ENBPar;
- 14.1.20. A Contratada resguardando os aspectos de sigilo, quando previamente autorizada, por escrito, pela Contratante, deverá fornecer as informações que forem julgadas necessárias ao trabalho dos auditores independentes que a suceder, as quais serviram de base para emissão dos relatórios, das demonstrações financeiras e pareceres de auditoria dos exercícios anteriores;
- 14.1.21. A Contratada deverá informar os dados da empresa e o nome do auditor responsável técnico pelo trabalho de asseguarção razoável na Escrituração Contábil Digital (ECD), inclusive a assinatura da Escrituração Contábil Digital (ECD) substituída, quando for o caso;
- 14.1.22. Fica estabelecido que a Contratada é para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva empregadora daqueles que lhe prestam serviços, afastando a ENBPar, em qualquer hipótese, das responsabilidades trabalhista e previdenciária;
- 14.1.23. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta de preços;
- 14.1.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente a ENBPar, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital da licitação, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.1.25. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos aderentes ao previsto no Anexo II deste Termo de Referência, para a prestação dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.1.26. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010;
- 14.1.27. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 14.1.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 14.1.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 14.1.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.1.31. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.1.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, nos termos do Anexo I (Termo de Manutenção de Sigilo) deste Termo de Referência;
- 14.1.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, distrital, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante; e
- 14.1.34. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto do contrato, a ENBPar poderá aplicar, garantida a prévia defesa à CONTRATADA, as sanções previstas na Lei nº13.303, de 2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar e no Contrato.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado, especialmente no que se refere à responsabilidade do auditor independente pelos relatórios emitidos.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- I - Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- II - sejam mantidas as demais cláusulas e condições ajustadas; e
- III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da ENBPar à continuidade do contrato.

18. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES

18.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela ENBPar a tais documentos.

18.2. A CONTRATADA deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

18.3. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e observar o Código de Conduta e Integridade da ENBPar, disponível no site da ENBPar.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. A ENBPar pagará à contratada o valor devido, a cada etapa concluída e devidamente atestada pelo(a) Fiscal do Contrato, mediante as condições seguintes:

19.1.1. O valor referente ao respectivo trimestre será pago, em parcela única referente ao percentual devido, após a entrega do relatório, mediante a emissão do atesto pelo(a) Fiscal do Contrato da ENBPar;

19.2. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço realizado, será efetuado pela ENBPar, por meio de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após a verificação da conclusão da etapa do serviço e a disponibilidade da documentação citada neste Termo de Referência, obedecendo ao seguinte cronograma financeiro para cada exercício social do objeto deste Termo de Referência:

- a) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 1º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 2º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 3º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência; e
- d) O correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor na entrega dos relatórios de recomendações e do relatório de encerramento do exercício social, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

19.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues preferencialmente por meio eletrônico, ao fiscal do contrato, ou no endereço Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º andar, Setor Comercial Sul, Quadra 09 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70308-200, juntamente com a Nota Fiscal, em que constará o nome e número do banco, agência bancária e a conta corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A ENBPar não se responsabilizará por juros ou encargos financeiros, resultante da operação de cobrança.

19.4. O pagamento do objeto deste Termo de Referência será efetuado em moeda corrente nacional após a apresentação da Nota Fiscal / Fatura na forma e prazo estabelecidos no contrato.

19.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade do contratado, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF / COMPRASNET, ou, na impossibilidade desta, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- d) Consulta junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme previsto na Lei nº 10.522, de 2022, alterada pela Lei nº 14.973, de 2024, e eventuais alterações posteriores; e
- e) Declaração da empresa optante do Simples Nacional, se couber.

19.6. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal própria em nome da ENBPar no valor e no prazo ajustados contratualmente, contendo discriminadamente:

- a) Número do Contrato;
- b) Nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- c) Chave (PIX) – opcional;
- d) Descrição do serviço e/ou item;
- e) Dados da ENBPar:

- RAZÃO SOCIAL: EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar.
- CNPJ: 43.913162/0001-23.
- Endereço: Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

19.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ENBPar.

19.8. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela ENBPar e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que ele se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$, onde:

- AF = atualização financeira;
- IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;
- N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento; e
- VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

19.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e cota corrente indicados pela CONTRATADA.

19.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.11. A CONTRATADA regulamente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe e, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a CONTRATADA nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

- a) a CONTRATADA deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e
- c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

20.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da CONTRATADA.

20.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

20.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

20.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da CONTRATADA, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;
- b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela CONTRATADA dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- d) caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

21.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

22. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Programa de Dispendios Globais (PDG) da ENBPar, por meio da Dotação Orçamentária nº 2.205.030.000 para o exercício de 2026 e anos posteriores.

23. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste Contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, que deverá abarcar o prazo de 30 (trinta) dias além do término da vigência deste Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- a) Caução, em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

23.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

23.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

23.5. A garantia será considerada extinta:

- I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- II - após o término da vigência do Contrato.

23.6. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.7. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da data da assinatura deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

23.8. No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

23.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

23.10. O montante caucionado em dinheiro, será restituído após o término de vigência deste Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303, de 2016).

23.11. A CONTRATADA receberá uma cópia deste Contrato, assinado e digitalizado, a fim de permitir a obtenção da garantia.

24. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Do cronograma esperado para a sequência da execução dos serviços :

Produto	DESCRIÇÃO/EXIGÊNCIAS/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade
01	1º trimestre de 2026: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de janeiro a março; b) Relatórios de revisão tributária; c) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente; d) Entrega do Relatório de revisão e avaliação dos sistemas de controles internos. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela NBPar.	SERVIÇO	1
02	2º trimestre de 2026: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de abril a junho; b) Relatórios de revisão tributária; c) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.	SERVIÇO	1
03	3º trimestre de 2026: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de julho a setembro; b) Relatórios de revisão tributária; e) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.	SERVIÇO	1
04	4º trimestre - encerramento do exercício 2026: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, anual do exercício; b) Relatórios de revisão tributária; c) Entrega do Relatório de Auditoria anual em 03 (três) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente; d) Entrega do Relatório de Auditoria, em 03 (três) vias; e) Entrega do relatório circunstanciado; f) Comparecer à Assembleia Geral Ordinária (AGO), e sempre que convocado pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, na sede da ENBPar, tão logo a data de qualquer das reuniões sejam divulgadas. Caso qualquer reunião seja realizada por videoconferência, a Contratada não precisará comparecer à sede da Companhia, podendo participar de forma virtual; g) A confecção das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, que serão parte integrante dos Relatórios dos Auditores Independentes, será executada pela ENBPar e encaminhada para análise da Contratada; h) Entrega do relatório de inconsistências relevantes nas informações do Relatório de Administração e Relato Integrado; Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.	SERVIÇO	1
05	1º trimestre de 2027: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de janeiro a março; b) Relatórios de revisão tributária; c) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente; d) Entrega do Relatório de revisão e avaliação dos sistemas de controles internos. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela NBPar.	SERVIÇO	1
06	2º trimestre de 2027: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de abril a junho; b) Relatórios de revisão tributária; c) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.	SERVIÇO	1
07	3º trimestre de 2027: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, de julho a setembro; b) Relatórios de revisão tributária; e) Entrega do Relatório de Auditoria em 02 (duas) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente. Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.	SERVIÇO	1
08	4º trimestre - encerramento do exercício 2027: a) Auditoria das Demonstrações Financeiras, anual do exercício; b) Relatórios de revisão tributária;	SERVIÇO	1

	<p>c) Entrega do Relatório de Auditoria anual em 03 (três) vias impressas e uma via digital assinada eletronicamente;</p> <p>d) Entrega do Relatório de Auditoria, em 03 (três) vias;</p> <p>e) Entrega do relatório circunstanciado;</p> <p>f) Comparecer à Assembleia Geral Ordinária (AGO), e sempre que convocado pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, na sede da ENBPar, tão logo a data de qualquer das reuniões sejam divulgadas. Caso qualquer reunião seja realizada por videoconferência, a Contratada não precisará comparecer à sede da Companhia, podendo participar de forma virtual;</p> <p>g) A confecção das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, que serão parte integrante dos Relatórios dos Auditores Independentes, será executada pela ENBPar e encaminhada para análise da Contratada;</p> <p>h) Entrega do relatório de inconsistências relevantes nas informações do Relatório de Administração e Relato Integrado;</p> <p>Prazo: 30 (trinta) dias a contar da entrega dos documentos pela ENBPar.</p>	
--	--	--

(*) Desembolsos especificados no item 18.2.

24.2. Dinâmica dos trabalhos, dos relatórios e documentos a serem entregues:

24.2.1. A Contratada apresentará a relação dos profissionais que integrarão a sua equipe para prestação do serviço contratado, juntamente com os documentos comprobatórios da qualificação mínima desses profissionais, e os respectivos termos de confidencialidade e sigilo assinados, antes do início da execução do serviço;

24.2.2. A Contratada deverá apresentar, para aprovação do fiscal do Contrato, o Plano de Trabalho para execução do objeto contratado, contemplando os prazos de execução dos serviços descritos nos itens 2 e 3 deste Termo de Referência e na tabela constante do item 24.1, relativos ao exercício social e a respectiva entrega dos relatórios;

24.2.3. Na elaboração do referido Plano de Trabalho, a contratada deverá considerar o prazo adequado para a realização do serviço e os prazos legais e regulamentares vigentes;

24.2.4. O Plano de Trabalho e respectivos cronogramas deverão ser segregados para à ENBPar, acerca das atividades a serem desenvolvidas, que além de contemplar todos os serviços contratados, o diagnóstico do exercício anterior, se houver, e os fatores relevantes considerados para o planejamento a ser executado, deve ainda integrar:

- I - Cronogramas de visitas a serem realizadas, consoante as disposições previstas no Contrato;
- II - Planejamentos com enfoque quanto a riscos e materialidade, descrevendo o modelo teórico-metodológico empregado, enfatizando os riscos que influenciam nos negócios, os fatores externos considerados, os eventos e transações relevantes, para cada área operacional, e o sumário de programas de trabalho por área a ser auditada; e
- III - Detalhamento dos procedimentos específicos de auditoria a serem adotados com relação à verificação do cumprimento, por parte da ENBPar, das normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos reguladores.

24.2.5. Apresentado o Plano de Trabalho e os respectivos cronogramas de atividades, a ENBPar poderão aprová-los ou rejeitá-los, no todo ou em parte, cabendo à Contratada a obrigação de refazer tais documentos, se for o caso, em tempo hábil ao cumprimento dos prazos descritos na tabela constante do item 3 deste Termo de Referência, assumindo integralmente todos os ônus decorrentes.

24.2.6. Todos os relatórios deverão ser disponibilizados em 01 (uma) via impressa e em meio eletrônico, devendo ainda conter glossário de termos técnicos utilizados.

24.2.7. O responsável técnico pelos serviços de auditoria, deverá responsabilizar-se pela emissão dos relatórios de auditoria e demais relatórios e documentos.

24.2.8. Todos os relatórios (minuta ou versão final) emitidos pela Contratada para atender o objeto deste Termo de Referência deverão ser encaminhados ao Fiscal do Contrato, observados os prazos definidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado.

24.2.9. A Contratada, deverá acompanhar a implementação das medidas propostas nos relatórios, bem como informar ao Fiscal do Contrato o status das recomendações exaradas aos gestores da ENBPar.

24.2.10. Participação em reuniões:

a) A Contratada deverá participar das reuniões (presenciais ou remotas) quando demandada pela Contratante, sendo representada pelo seu responsável técnico, acompanhado, quando for o caso, de especialistas nas matérias de auditoria objeto da convocação, visando:

- I - prestar esclarecimentos relativos aos serviços prestados de auditoria, por ocasião de realização das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, de acordo com suas obrigações legais e estatutárias, bem como atender a eventuais convocações da Diretoria da ENBPar;
- II - participar de reuniões com o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), em data, local e horário estabelecidos pelo Presidente daquele Comitê, ou seu substituto eventual;
- III - deverá ser considerado o limite de 12 (doze) visitas presenciais para atender o disposto no subitem "a", do item 24.2.10; e
- IV - entregar, ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), carta atestando sua independência e a política de independência em data a ser definida pela Contratante.

24.2.11. Poderá ser reembolsadas as despesas da futura contratada com deslocamento de pessoal do quadro próprio da futura contratada, assim entendidas as despesas com passagens aéreas, deslocamento terrestre, deslocamento local por táxi ou por outro meio equivalente, hospedagem e alimentação, desde que relacionadas, direta, estrita e necessariamente, à execução do serviço contratado, desde que ultrapasse o limite estabelecido no item 24.2.10. As despesas relacionadas acima deverão ser previamente autorizadas pela ENBPar e devidamente comprovadas pela futura contratada para fins de ressarcimento, seguindo o Regulamento Interno de Viagens da ENBPar, publicada em seu site.

25. CONCEITUAÇÕES

25.1. CFC: Conselho Federal de Contabilidade;

25.2. TCU: Tribunal de Contas da União;

25.3. CGU: Controladoria-Geral da União;

25.4. MME: Ministério de Minas e Energia;

25.5. CVM: Comissão de Valores Mobiliários;

25.6. CGPAR: Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, criada por meio da Lei nº 6.021/2007, com a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União;

25.7. CONSAD: Conselho de Administração;

25.8. COAUD: Comitê de Auditoria Estatutário;

25.9. CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

25.10. IFRS: International Financial Reporting Standards;

25.11. ECD: Escrituração Contábil Digital;

25.12. ECF: Escrituração Contábil Fiscal;

25.13. NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade;

25.14. Grupo ENBPar: O Grupo é composto pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), que exerce o papel de holding, e pelas companhias Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear") e Indústrias Nucleares do Brasil S.A. ("INB"), identificadas como suas controladas ("Controladas").

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A contratação a ser firmada reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie e ainda, disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes dela.

26.2. Em nenhuma hipótese as proponentes e/ou a futura contratada poderão alegar desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no Contrato.

26.3. A contratante reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e eventuais anexos..

26.3.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) Anexo I – TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

b) Anexo II – EQUIPE TÉCNICA, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS EXIGIDOS; e

c) Anexo III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar, sediado no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200, CNPJ nº 43.913.162/0001-23, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- 5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.
- 5.2. Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expreso da CONTRATANTE.
- 5.3. Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.
- I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- 5.4. Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.
- 5.5. Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.
- I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.
- 5.6. Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.
- 5.7. Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:
- I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
 - II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
 - III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
 - IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

- 6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

7. PENALIDADES

- 7.1. A quebra do sigilo das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. Este TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é parte integrante e inseparável do CONTRATO.
- 8.2. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.
- 8.3. Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.
- 8.4. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:
- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
 - II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO.
 - III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
 - IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
 - V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
 - VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
 - VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

IX - As questões relativas ao tratamento dos dados pessoais tutelados pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, com a redação dada pela Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019) se darão nos termos do CONTRATO.

9. **FORO**

9.1. A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. **ASSINATURAS**

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado eletronicamente pelas partes produzindo seus efeitos a partir da última assinatura aposta por representante legal.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – EQUIPE TÉCNICA, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS EXIGIDOS

Profissional	Quantitativo Mínimo	Perfil
Responsável Técnico	01 (um)	Formação Universitária em Ciências Contábeis.
		Registro no Conselho Regional de Contabilidade.
		Experiência mínima de 05 (cinco) anos na prática profissional.
		Experiência como responsável técnico pelas demonstrações financeiras.
		Registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes.
Profissional Nível Gerencial	01 (um)	Formação Universitária em Ciências Contábeis.
		Registro no Conselho Regional de Contabilidade.
		Experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços de auditoria.
		Experiência com trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras.
Profissional Nível Sênior	02 (dois)	Formação Universitária.
		Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de auditoria sênior.
		Experiência profissional na área de auditoria de demonstrações financeiras adotadas no Brasil e IFRS.

ANEXO "B" DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A EMPRESA
BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA
NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS REGULARES E ESPECIAIS DE AUDITORIA
INDEPENDENTE, CONFORME CONDIÇÕES,
QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO
TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A DO EDITAL.

A EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar, CNPJ nº 43.913.162/0001-23, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, doravante denominada – **ENBPar**, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente XXXXXXXXXXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de xxxxx de 202X, e por seu Diretor XXXXXXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de XXXXX de 202X, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXX, na XXXXXXXXXXXX, CEP:XX.XXX-XXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal por seu ato constitutivo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do Processo de Licitação nº 90003/2026 na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015; da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, e do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar](#), estando as Partes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes e às Cláusulas a seguir dispostas:

1. CLÁUSULA 1ª – DA COMPETÊNCIA

- 1.1. De acordo com o artigo 71, inciso VII, e artigo 72, inciso IV, ambos do Estatuto Social da ENBPar, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Contrato, juntamente com a Diretoria da Unidade Solicitante (DUS).
- 1.2. De acordo com o Ato Constitutivo da **CONTRATADA**, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, tem competência para assinar este Contrato.

2. CLÁUSULA 2ª – DOS ANEXOS

- 2.1. São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento:
- I - Termo de Referência consignado no Anexo A do Pregão Eletrônico nº 90003/2026;
 - II - Proposta Comercial da **CONTRATADA**; e
 - III - Demais documentos e anexos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026.
- 2.2. Integrará este Contrato como Apêndice o documento elencado abaixo:
- I - Matriz de Riscos;
- 2.3. Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os Anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

3. CLÁUSULA 3ª - DO OBJETO

- 3.1. Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A do Edital.
- 3.2. A descrição detalhada e especificações do objeto estão definidas no item 2 do Termo de Referência, Anexo A do Edital.

4. CLÁUSULA 4ª – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 4.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (artigo 69, inciso IX da Lei nº 13.303, de 2016).
- 4.2. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** quanto a sua habilitação, a ENBPar providenciará notificação por escrito, determinando prazo para que a **CONTRATADA** regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de sanção e/ou rescisão deste Contrato.

5. CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**, entre outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência:

- 5.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.2. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos e condições estabelecidos em Contrato.
- 5.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratado, dando-lhe, inclusive, prazo para correção, sem ônus adicional à ENBPar.
- 5.4. Sustar a execução de quaisquer entregas/serviços/trabalhos que estiverem em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou no Contrato, ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 5.5. Permitir o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às instalações da ENBPar, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusividade para execução dos serviços contratados.
- 5.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** em relação à execução do objeto contratado.
- 5.7. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo de outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência:

- 6.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas no contrato, de forma que os prazos sejam cumpridos e o objeto seja executado.
- 6.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da ENBPar inerentes à execução do objeto contratual.

- 6.3. Fornecer o objeto da presente contratação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos do Termo de Referência, de sua proposta e neste Contrato.
- 6.4. Responder, integralmente, por quaisquer danos diretamente causados à ENBPar ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da execução contratual.
- 6.5. Propiciar todos os meios necessários à execução do Contrato, permitindo a atuação do Fiscal do Contrato da ENBPar que terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, do objeto contratado, desde que motivadas as causas e justificativas de tal medida.
- 6.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.8. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do Fiscal de Contrato da ENBPar com a **CONTRATADA**.
- 6.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**.
- 6.11. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto.
- 6.12. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 6.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Contrato.
- 6.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 6.15. Desenvolver os serviços em regime de integração e colaboração com a **CONTRATANTE**, observando e aderindo ao Estatuto, às normas internas, às políticas, aos programas, às definições e às decisões da **CONTRATANTE**.
- 6.16. Reparar, refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quaisquer elementos e serviços objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, falhas, omissões, defeitos, inconformidades ou incorreções de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, que estejam em desconformidade com o disposto na Proposta Comercial da **CONTRATADA**, no Termo de Referência e neste Contrato.
- 6.17. Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações processadas e a que vier ter contato antes, durante e após a vigência deste Contrato.
- 6.18. Observar e cumprir as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes relativas ao objeto contratado, bem como o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato.
7. **CLÁUSULA 7ª – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
- 7.1. As tratativas a respeito da entrega objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, formalmente designado após a assinatura do contrato.
- 7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com este Termo de Referência, com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 13.303, de 2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, sendo possível a responsabilização pela inexecução total ou parcial do objeto.
- 7.3. O empregado da ENBPar designado como Fiscal do Contrato deverá observar as disposições dos artigos 2º, inciso XXIV, 104 e 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.
- 7.4. Caberá ao(s) representante(s) da ENBPar, dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos à(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) apresentada(s) pela **CONTRATADA**.
- 7.5. O(s) representante(s) da ENBPar anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.
- 7.6. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou atribuição do(s) representante(s) da ENBPar serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.
- 7.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pela ENBPar não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa **CONTRATADA**.
- 7.8. As comunicações entre o Fiscal do Contrato da ENBPar e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por mecanismos formais de comunicações, podendo se utilizar:
- a) Ordem de Serviço;
 - b) Ata de Reunião;
 - c) Ofício;
 - d) Sistema de abertura de chamado; e
 - e) E-mails.
- 7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ENBPar poderá convocar o representante da empresa **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.11. O fiscal do contrato informará ao seu chefe imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas acordadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhará o pagamento, a garantia, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quanto ultrapassar a sua competência.

- 7.15. O fiscal coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.16. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de despesa de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa.
- 7.17. O fiscal do contrato acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.18. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório das avaliações realizadas quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.19. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzidos pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se for o caso.
- 7.20. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 7.21. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.22. O fiscal deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento nos termos do contrato.

8. **CLÁUSULA 8ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS**

8.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Contrato estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.030.000 (Auditoria) para o exercício de 2026, devendo ser informados/atualizados conforme programação/reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício subsequente.

9. **CLÁUSULA 9ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. O regime de execução deste Contrato é de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

10. **CLÁUSULA 10ª - DO VALOR/PREÇO**

10.1. Pelos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Produto	Descrição	Unidade de Medida	
1	Contratação de uma empresa especializada na prestação serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007.	Serviço	

- 10.2. O valor acima inclui:
- I - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
 - II - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a **CONTRATADA** para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
 - III - Todas as despesas com o pessoal da **CONTRATADA**, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

11. **CLÁUSULA 11ª - DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento do objeto deste Contrato será efetuado em moeda corrente nacional após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na forma e prazo estabelecidos.

11.2. A ENBPar pagará à contratada o valor devido, a cada etapa concluída e devidamente atestada pelo(a) Fiscal do Contrato, mediante as condições seguintes:

11.2.1. O valor referente ao respectivo trimestre será pago, em parcela única referente ao percentual devido, após a entrega do relatório, mediante a emissão do atesto pelo(a) Fiscal do Contrato da ENBPar.

11.3. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço realizado, será efetuado pela ENBPar, por meio de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após a verificação da conclusão da etapa do serviço e a disponibilidade da documentação exigida no Termo de Referência, obedecendo ao seguinte cronograma financeiro para cada exercício social do objeto deste Contrato:

- a) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 1º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- b) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 2º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- c) O correspondente a 20% (vinte por cento) do valor na entrega dos relatórios do 3º trimestre, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência; e
- d) O correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor na entrega dos relatórios de recomendações e do relatório de encerramento do exercício social, conforme descritos no item de especificações técnicas e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

11.4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues preferencialmente por meio eletrônico, ao fiscal do contrato, ou no endereço sede, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º andar, Setor Comercial Sul, Quadra 09 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70308-200, juntamente com a Nota Fiscal, em que constará o nome e número do banco, agência bancária e a conta corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A ENBPar não se responsabilizará por juros ou encargos financeiros, resultante da operação de cobrança.

11.4.1. A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- c) Chave PIX - opcional;
- d) descrição do serviço; e

e) dados da ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

- CNPJ: 43.913.162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

11.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela **CONTRATADA** da seguinte documentação:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Consulta junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme previsto na Lei nº 10.522, de 2022, alterada pela Lei nº 14.973, de 2024, e eventuais alterações posteriores; e
- e) Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber;
- f) Certidão de Regularidade do ISS, se couber.

11.6. A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal própria em nome da **CONTRATANTE** no valor e no prazo ajustados contratualmente.

11.7. A nota fiscal não aprovada pela **CONTRATANTE** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando novo prazo de pagamento, a partir da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal não aprovada pela ENBPar, em hipótese alguma autorizará ou ensejará a suspensão da execução do objeto contratual.

11.8. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE** e, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10. A **CONTRATADA** regulamente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. CLÁUSULA 12ª – DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. A **CONTRATADA** deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;
- b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- d) caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

13. CLÁUSULA 13ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da , quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

- a) a Contratada deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e
- c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

13.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da CONTRATADA

13.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

13.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

13.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da , em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

14. CLÁUSULA 14ª - DA MATRIZ DE RISCO

14.1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na **Matriz de Riscos – Apêndice A deste Contrato**.

14.2. A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

14.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

15. **CLÁUSULA 15ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**

15.1. Os prazos de execução e vigência do contrato para o objeto previsto neste Contrato, serão de 28 (vinte e oito) e 30 (trinta) meses, respectivamente, contados da data de assinatura do contrato, sendo permitida, excepcionalmente, a prorrogação contratual, mediante ajuste entre as Partes e a celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

16. **CLÁUSULA 16ª – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado, especialmente no que se refere à responsabilidade do auditor independente pelos relatórios emitidos.

17. **CLÁUSULA 17ª - DA ALTERAÇÃO**

17.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, observadas as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016 e do art. 95 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

17.2. É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência, Anexo A do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026.

17.3. As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81, §7º da Lei nº 13.303, de 2016, que podem ser registradas por apostilamento.

Da Alteração Subjetiva

17.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- I - todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- II - sejam mantidas as cláusulas e condições deste Contrato;
- III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- IV - haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

18. **CLÁUSULA 18ª – DA RESCISÃO**

18.1. Este Contrato poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente e por escrito pela **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos subitens I a XII e XIV do Item 18.3 deste Contrato;
- b) Por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; ou
- c) No âmbito judicial.

18.2. A rescisão unilateral ou por acordo entre as Partes deverão ser precedidas de autorização escrita e justificada do Diretor-Presidente da ENBPar.

18.3. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, sem prejuízo das consequências cabíveis.

18.4. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I - Descumprimento material e não remediado dos prazos estabelecidos neste Contrato;
- II - Lentidão do cumprimento deste Contrato, gerando à **CONTRATANTE** a impossibilidade da conclusão do objeto deste Contrato nos prazos e condições estipulados;
- III - Atraso injustificado da execução do objeto deste Contrato;
- IV - Paralisação da execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- V - Subcontratação do objeto contratual, bem como a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando vedadas no Edital de Licitação ou neste Contrato;
- VI - Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas em registro próprio pelo Fiscal do Contrato, sem a devida regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- VIII - Dissolução da **CONTRATADA**;
- IX - Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- X - Razões de interesse da **CONTRATANTE**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- XI - Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos deste Contrato, ou nas parcelas do objeto contratual já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XII - Não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área ou local para execução do objeto contratual, nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- XIII - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução deste Contrato, e, ainda, ocorrência do perecimento do objeto contratual; ou
- XIV - Não constituição de garantias no prazo e nas condições previstos neste Contrato.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens X a XIII do Item 18.3, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e/ou
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução contratual, será prorrogado, automaticamente por igual tempo.

18.7. A rescisão de que tratam os subitens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV do Item 18.3 acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato:

- a) assunção imediata do Objeto Contratual, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da **CONTRATANTE**, se for o caso;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, se for o caso;
- c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da **CONTRATANTE**; e
- d) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

19. **CLÁUSULA 19ª – DAS SANÇÕES**

19.1. Com fulcro nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016 e nos arts. 106 a 109 do Regulamento Interno de Licitações - RILC da ENBPar, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista neste Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A Multa a que alude este artigo, a qual poderá ser descontada da garantia contratual apresentada pelo contratado, não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o Contrato e/ou aplique as outras sanções previstas no Regulamento e no Contrato.

19.3. Se a Multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

19.4. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto com o subitem “b”, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA** ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.5. A sanção prevista na alínea “c” poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, incisos I, II e III, da Lei nº 13.303, de 2016.

19.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar, a **CONTRATADA** que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal; e
- f) Não manter a proposta.

19.7. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.6. ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.7.1. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respetivo processo, ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

19.7.2. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

19.7.3. Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da **CONTRATANTE** garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19.7.4. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

- a) 5% (cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso no início da execução dos serviços. Após o décimo quinto dia e a critério da **CONTRATANTE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; e
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.8. Os percentuais devem ser definidos a critério da Unidade Solicitante, levando em conta o impacto da não prestação dos serviços contratados.

19.9. Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.10. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem 19.1 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

19.11. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nessa Cláusula.

19.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

19.13. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a **CONTRATADA** será descredenciada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

20. **CLÁUSULA 20ª - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

20.1. As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei nº 13.303, de 2016, c/c artigo 185 da Lei nº 14.133, de 2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

21. **CLÁUSULA 21ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

21.1. Será considerado caso fortuito ou de força maior, para efeitos de rescisão contratual unilateral ou de aplicação de multa, o inadimplemento decorrente das situações a seguir, descritas, quando vierem a afetar a execução do objeto deste Contrato:

- a) Greve geral;

- b) Interrupção dos meios normais de transportes;
- c) Calamidade pública;
- d) Acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- e) Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do objeto contratual ou de suas especificações, desde que autorizada pela **CONTRATANTE**; e,
- g) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

21.2. Quaisquer dos motivos acima enumerados deverão ser devidamente justificados pela **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

22. CLÁUSULA 22ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO

22.1. Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como controlador ou operador, as Partes obrigam-se a atuar, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidas posteriormente à assinatura deste Contrato.

22.2. As Partes executarão os trabalhos, em que haja tratamento de dados pessoais, a partir das premissas e princípios da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.3. As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará o consentimento do titular dos dados pessoais, de forma livre, informada, inequívoca e relacionada à finalidade determinada.

22.4. As Partes se comprometem, mutuamente, ao cumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis a essas premissas legais, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizarem os serviços seguindo as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

22.5. As Partes ficam obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento de dados pessoais que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e base legal, conforme art. 37 da Lei nº 13.709, de 2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD.

22.6. Por este Contrato, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento do objeto deste Contrato.

22.7. As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo.

22.8. As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou suspeita da mesma.

22.9. As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento.

22.10. Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações.

23. CLÁUSULA 23ª - DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES

23.1. As comunicações entre as Partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701,702,704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200. Endereço de e-mail: xxxxx@enbpar.gov.br

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rua XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XX

Contato: XXXXXXXXXXXX – Telefone : XXXXXXXX E-mail: XXXXXX@XXXXXX

Conta Corrente: XXXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

24. CLÁUSULA 24ª – GARANTIA CONTRATUAL

24.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do Contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, que deverá abarcar o prazo de 30 (trinta) dias além do término de vigência deste Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- a) Caução, em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária

24.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

24.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

24.5. A garantia será considerada extinta:

- a) com devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do

Contrato; e

b) após o término da vigência do Contrato.

24.6. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.7. No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

24.8. No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

24.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

24.10. O montante caucionado em dinheiro será restituído após o término de vigência deste Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303, de 2016).

24.11. A **CONTRATADA** receberá uma cópia do Contrato, assinado e digitalizado, a fim de permitir a obtenção da garantia.

25. **CLÁUSULA 25ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A fim de atender ao disposto neste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irrevogável e irretratável, que executará o objeto contratual sem caracterização de vínculo empregatício/trabalhista, sem subordinação ou pessoalidade com a **CONTRATANTE**, sendo o objeto deste Contrato executado pela **CONTRATADA** com total autonomia.

25.2. Em qualquer demanda judicial, oriunda direta ou indiretamente deste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irretratável e irrevogável, que assumirá o polo passivo da ação judicial, eximindo, desde já, a **CONTRATANTE** de quaisquer responsabilidades pelo litígio, bem como que solicitará, automaticamente, a exclusão da **CONTRATANTE** da lide, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a discussão judicial.

25.3. Eventuais alterações deste Contrato, que venham a ser discutidas e aprovadas de comum acordo entre as Partes, deverão, necessariamente, ser formalizadas por meio de termo aditivo.

25.4. Dada a natureza jurídica da **CONTRATANTE**, elegem as Partes o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato de forma digital, produzindo seus efeitos a partir da última assinatura aposta por representante legal.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

APÊNDICE "A" DO CONTRATO - MATRIZ DE RISCOS

Id	Risco	Prob.	Imp.	Pont.	Nível	Responsável	Prevenção	Contingência
1	Contratação com preço acima da média do mercado (Sobrepçoço)	1	5	5	Moderado	Contratante e Contratada	Realizar ampla e legítima pesquisa de preços; justificar o preço apresentado; submeter o processo ao departamento jurídico para análise; e corrigir eventuais incompatibilidades.	Ocorrido, anular a contratação e abrir processo de apuração de responsabilidade do agente que deu causa. Respondem solidariamente, perante órgãos de controle externo, quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor do serviço.
2	Atraso na prestação de serviço	2	4	8	Alto	Contratante e Contratada	À Contratante, disponibilizar as informações e documentos, conforme previsão contratual; realizar ativamente o acompanhamento e fiscalização contratual; definir reuniões periódicas visando manter a comunicação sobre o projeto, inclusive tratamento de dúvidas e resolução de conflitos; e notificar a Contratada, formalmente, sobre eventuais irregularidades na execução, para adoção de medidas corretivas. À Contratada, cumprir os prazos estabelecidos e notificar à Contratante, por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução dos serviços, bem como quaisquer fatos ou circunstâncias que possam colocar em risco sua correta execução, com vistas a obter solução tempestiva.	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial deverão ser suportados exclusivamente pela Contratada e ensejam a aplicação de penalidade prevista no instrumento contratual. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na aléa ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado ou motivado pela Contratante, constituem riscos a serem suportados pela Contratada.
3	Má execução dos serviços	2	4	8	Alto	Contratante e Contratada	À Contratante, estabelecer critérios de aceitação e plano de trabalho (cronograma de eventos); definir reuniões periódicas visando manter a comunicação sobre o projeto, inclusive tratamento de dúvidas e resolução de conflitos; e notificar a Contratada, formalmente, sobre eventuais irregularidades na execução, para adoção de medidas corretivas. À Contratada, notificar à Contratante, por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução dos serviços, bem como quaisquer fatos ou circunstâncias que possam colocar em risco sua correta execução; além de adotar as medidas corretivas indicadas pela Contratante.	Ocorrido, ensinará eventuais ajustes e/ou glosas nos pagamentos correspondentes e aplicação da penalidade prevista no instrumento contratual, após devido processo legal. Caso as orientações da Contratada deem causa a qualquer multa ou penalidade junto a órgãos de controle e fiscalização, tais como Receita Federal do Brasil, a Contratada deverá ressarcir a Contratante em 100% do valor da multa ou penalidade efetivamente paga. A Contratada deverá auxiliar a Contratante na implementação de medidas saneadoras que derem causa à penalidade aplicada, incluindo o embasamento técnico para recursos administrativos e/ou judiciais. No sucesso de recurso, a Contratada será devidamente ressarcida no exato valor dispendido.
4	Pagamentos indevidos por serviços parcialmente executados ou não executados (superfaturamento)	1	5	5	Moderado	Contratante e Contratada	À Contratante, exigir rigor nas medições dos serviços; realizar pagamentos de acordo com as medições realizadas; e manter quadro de empregados suficientes à fiscalização.	Ocorrido, ensinará restituição mediante glosa ou boleto. Deverá ser instaurado processo administrativo de apuração de responsabilidade do agente que der causa a superfaturamento. Eventuais danos ao erário ensinará a responsabilidade solidária das contratantes.
5	Vazamento de dados e informações	1	5	5	Moderado	Contratada e Contratante	À Contratante, emitir Termo de Confidencialidade, com vistas a preservar o sigilo quanto aos conhecimentos, dados e informações de propriedade da Contratada; e À Contratada, subscrever o Termo de Confidencialidade, de modo a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto do presente contrato.	À Contratada, arcar integralmente com os custos de eventuais danos causados por vazamento de dados.
6	Passivo trabalhista e previdenciário	1	3	3	Baixo	Contratada	Vedar qualquer relação entre os empregados da Contratada e a Contratante que caracterize pessoalidade e subordinação direta.	Responsabilizar-se por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual. Arcar com eventuais despesas judiciais da Contratante.

ANEXO "C" DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO**DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO****(ART. 38º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 13.303/2016)**

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

- a) Seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico, não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na ENBPar; e
- b) Fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA

ANEXO "D" DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**À ENBPar**

Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.308-200.

Referência: Pregão Eletrônico nº _____/_____

A proposta que faz a empresa _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, para a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e abaixo descrita:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Anual (R\$)	Valor Global (R\$)
1	Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços regulares e especiais de auditoria independente, incluindo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, quando aplicável, elaboradas de acordo com as normas contábeis e regulatórias vigentes no Brasil (CPC, IFRS, CFC, CVM e ANEEL), para os exercícios de 2026 e 2027, e das revisões das informações trimestrais referentes às datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos respectivos exercícios, para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), que é uma sociedade de capital fechado, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 e no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007	Serviço	1		

Observações para preenchimento da proposta comercial:

Obs. 1) Todas as especificações técnicas do(s) Item(s) estão contidas no Termo de Referência e deverão, obrigatoriamente, ser observadas quando do preenchimento da proposta.

Obs. 2) A seleção da proposta mais vantajosa se dará pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Obs. 3) A apresentação de proposta vincula a proponente às condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

DECLARAMOS ainda que:

- a) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para recebimento da proposta comercial;
- b) Recebemos todos os elementos e informações para o cumprimento das obrigações objeto do procedimento da contratação em referência e aceitamos expressamente as condições dispostas no ato convocatório e respectivo Termo de Referência;
- c) Sob as penas da Lei, nesta data, não existem fatos impeditivos à participação desta empresa no presente certame, estando ciente integralmente dos requisitos de habilitação da presente seleção, conforme Termo de Referência e anexos;

- d) Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que esta empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- e) Os sócios da empresa proponente não são direta ou indiretamente, funcionário ou dirigente da ENBPar, ou responsável pela seleção, conforme art. 62, parágrafo único, do RILC da ENBPar;
- f) Esta empresa proponente não emprega trabalho forçado ou análogo ao escravo, degradante ou indigno;
- g) No valor constante desta proposta estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto, tais como: deslocamentos, hospedagem, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais, equipamentos e mão de obra a ser empregada, alimentação, locações, e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outras naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, fora das hipóteses legais, regulamentares e contratualmente permitidas, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução do objeto, bem como de eventual perda de decisão judicial pela qual esta empresa tenha se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista;
- h) Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade intelectual, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmo, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade desta empresa proponente que responderá por eles contra reclamações relacionadas ao assunto;
- i) A presente proposta foi elaborada de maneira independente por esta empresa, e a intenção e o seu conteúdo não foram, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informados, discutidos, compartilhados ou recebidos por qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou pessoa;
- j) Não tentou, por qualquer meio ou pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desse procedimento de contratação quanto a participar, ou não do referido procedimento de contratação;
- k) Garantimos o fornecimento do objeto, bem como os preços ofertados durante toda a execução do futuro contrato;
- l) Estamos comprometidos com a promoção da igualdade de gênero e raça; e
- m) Para fins do disposto no Código de Conduta e Integridade da ENBPar, disponível no endereço eletrônico: [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), esta empresa tem conhecimento e observará todas as previsões referentes aos compromissos da ENBPar no relacionamento com seus fornecedores, prestadores de serviços, demais parceiros/sócios e clientes.

Os dados da nossa empresa são:

- I - Razão Social: _____;
- II - CNPJ (MF) nº: _____;
- III - Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o Contrato: _____, conforme Instrumento Constitutivo da Empresa e/ou Procuração;
- IV - Inscrição Estadual nº: _____;
- V - Endereço completo: _____;
- VI - CEP: _____;
- VII - Fone: _____;
- VIII - E-mail: _____;
- IX - Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____;
- X - Nome(s) e contato(s) do(s) Responsáveis pela emissão dos documentos de cobrança: _____; Fone: _____; E-mail: _____.

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO, BEM COMO SEUS ANEXOS.

Local e Data.

Nome e assinatura da pessoa competente para assinatura/representante legal

Cargo